

VIOLÊNCIA POLÍTICA E SEUS MECANISMOS: INCIDÊNCIA E REPERCUSSÕES NO CONTEXTO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

POLITICAL VIOLENCE AND ITS MECHANISMS: INCIDENCE AND REPERCUSSIONS IN CONTEXT OF THE LANDLESS WORKERS' MOVEMENT (MST)

LA VIOLENCIA POLÍTICA Y SUS MECANISMOS: INCIDENCIA Y REPERCUSIONES EN EL CONTEXTO DEL MOVIMIENTO DE LOS TRABAJADORES RURALES SIN TIERRA (MST)

Edvaldo Ribeiro Brandão*

Saulo Luders Fernandes**

RESUMO

Tomando como ponto de partida o campo da Psicologia, este artigo propõe uma análise crítica e historicizada da violência política no espaço campestre, seguindo as proposições de Slavoj Žižek (2014) e Ignacio Martín-Baró (2017) e tendo como objetivo circunscrever as especificidades da violência que se expressa no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O estudo se utilizou da pesquisa-participante, trazendo como base a experiência de três lideranças comunitárias de assentamentos no estado de Alagoas. Foram utilizadas entrevistas individuais semi-estruturadas e encontros de grupo; no trabalho com os dados, foi utilizada a Análise Temática (AT). Desse modo, a investigação apresenta os mecanismos da violência permeada pelo viés sociopolítico e a forma singular com que esta afeta e repercute entre seus alvos.

Palavras chave: psicologia política; ruralidades; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ABSTRACT

Taking the field of Psychology as a starting point, this article proposes a critical and historicized analysis of political violence in the peasant space, following the propositions of Slavoj Žižek (2014) and Ignacio Martín-Baró (2017) and aiming to circumscribe the specificities of

*Mestrando em Estudos Psicanalíticos pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGPsí/UFMG) na linha de pesquisa "Conceitos Fundamentais em Psicanálise e Investigações no Campo Clínico e Cultura". Psicólogo (CRP-15/7275) pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus Arapiraca, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios (2022). Pesquisador vinculado ao Núcleo Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo pela Universidade Federal de Minas Gerais (PSILACS/UFMG). Atualmente desenvolve pesquisa nas áreas de Psicanálise, Psicologia Política e movimentos sociais campestres, tendo como foco o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e questões acerca da violência política no espaço do campo.

**Professor Doutor da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Maceió – AL. Brasil.

violence that are expressed in the context of The Landless Workers Movement (MST). The study used participant research based on the experience of three community leaders from settlements in the state of Alagoas. Semi-structured individual interviews and group meetings were used; when working with the data, Thematic Analysis (TA) was used. In this way, the investigation presents the mechanisms of violence that are permeated by sociopolitical issues and the unique way in which it affects and impacts its targets.

Keywords: political psychology; ruralities; The Landless Workers' Movement.

RESUMEN

Tomando como punto de partida el campo de la Psicología, este artículo propone una análisis crítica e historizada de la violencia política en el espacio campesino, siguiendo las propuestas de Slavoj Žižek (2014) e Ignacio Martín-Baró (2017) y con el objetivo de circunscribir la especificidades de la violencia que se expresa en el contexto del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). El estudio utilizó investigación participante, basada en la experiencia de tres líderes comunitarios de asentamientos del estado de Alagoas. Se utilizaron entrevistas individuales semiestructuradas y reuniones grupales; Al trabajar con los datos se utilizó el Análisis Temática (AT). De esta manera, la investigación presenta los mecanismos de violencia permeados por el sesgo sociopolítico y la forma única en que afecta e impacta a sus destinatarios.

Palabras clave: psicología política; ruralidades; Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra.

1 INTRODUÇÃO

No decorrer dos acontecimentos que forjaram a América Latina, é possível enxergar as cruéis marcas deixadas pela violência, passando pela colonização, guerras — declaradas ou silenciosas —, escravidão e diversos capítulos sangrentos de nossa história. Desde a invasão portuguesa, a violência é utilizada como ferramenta de controle e se institucionaliza por meio da militarização e da atualização das formas de exercer esse controle sobre os sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade. Por meio de mecanismos particulares — a depender do

propósito, do modo de expressão, do alvo etc. —, a violência se faz invisível, permeia a experiência dos sujeitos e promove impactos consideráveis na saúde mental e na relação deles com a comunidade e com a militância.

O processo colonial nas terras alagoanas, território do presente estudo, de acordo com Lindoso (2005), foi realizado ao menos sobre duas trajetórias violentas de exploração, massacre e marginalização: a primeira sobre os corpos dos indígenas do sertão; e a segunda, sobre a vida dos negros e negras escravizados na Zona da Mata do litoral Norte do Estado. A primeira trajetória é mais antiga e data de 1575. Desenvolveu-se com a formação da fortaleza de Penedo às margens do Rio São Francisco, a qual possibilitou a expansão da sociedade colonial ao sertão de Alagoas, na navegação de suas margens, nas rotas de gado e na exploração das trilhas indígenas daquela região, definida como a sociedade do couro. A segunda trajetória se inicia após 10 anos da invasão de Penedo, em Porto Calvo, nas matas úmidas do litoral Norte alagoano e é baseada no escravismo de negras e negros oriundos de diversas regiões da África, que, sob o regime das sesmarias, do tráfico negreiro e da violência dos senhores de engenho, consolida nas plantations de cana-de-açúcar uma das racionalidades que guiam a sociedade colonial: a casa-grande e a senzala. As lutas sociais por liberdade e terra em Alagoas apresentam como base as lutas dos povos indígenas e negros na formação histórica de um campesinato negro e indígena que é marginalizado frente à ordem social, mas que busca erigir, diante da violência, projetos de luta popular.

No contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — um dos maiores movimentos sociais da América Latina e que traz como principal bandeira a reivindicação por uma reforma agrária popular no Brasil —, a violência se faz recorrente e emerge marcada por seu teor sociopolítico. Com base nessas discussões e necessidades, o presente estudo tem por objetivo mapear a violência política experienciada por lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no agreste de Alagoas. Como nos adverte Žižek (2014), a questão da violência, devido à sua alta potência de horror, deve ser vislumbrada de modo oblíquo, a partir de visões marginais. Sendo assim, o método mais adequado para abordar tal questão necessita ser aquele “[...] que nos permita elaborar variações sobre a violência mantidas a uma distância respeitosa em relação às vítimas” (Žižek, 2014, p. 19). Fundamentados em tais critérios, seguimos nos próximos tópicos, tendo como horizonte a compreensão de como essas questões se apresentam no contexto do MST e, conseqüentemente, afetam a saúde e a atuação das lideranças comunitárias. Inicialmente,

realizaremos um levantamento teórico acerca da violência na obra do psicólogo e pesquisador salvadorenho Ignacio Martín-Baró e do filósofo esloveno Slavoj Žižek; em seguida, apresentaremos um breve desenho da metodologia da pesquisa; e, por fim, faremos uma análise qualitativa dos dados provenientes do campo.

2 REVISITANDO PROPOSIÇÕES TEÓRICAS SOBRE A VIOLÊNCIA: UM PERCURSO DE IGNÁCIO MARTÍN-BARÓ À SLAVOJ ŽIŽEK

Para compreender a violência em sua complexidade, faz-se necessária uma análise minuciosa de suas formas de expressão, como elas impactam os sujeitos em suas especificidades, de onde partem e, por fim, a que lugares e a quais indivíduos são direcionadas. Como nos sinaliza Žižek (2014), ao lidar com a questão da violência, devemos ter cautela para compreender, a partir de suas nuances, o que de fato está em jogo. Da violência implícita até a mais escancarada, passando pela luta por uma abstrata paz mundial, existem atravessamentos políticos e ideológicos que devem ser analisados cuidadosamente, para, assim, elucidarmos de modo crítico o que de fato está em jogo quando trabalhamos a ideia de violência e seus impactos psicossociais.

Entre esses diálogos, retomamos as proposições de Ignacio Martín-Baró (1942-1989), que trazem como ponto de partida a guerra civil que assolou El Salvador entre os anos de 1970 e 1990 e as experiências de viver em uma situação-limite. O autor elabora diversos ensaios sobre a violência, suas formas de expressão no contexto sociopolítico salvadorenho, os impactos psicossociais na saúde mental daquela população e, principalmente, o papel do psicólogo na conjuntura em questão. A temática da violência perpassa sua obra, ao passo que ele experiencia na pele os impactos de viver sob constante ameaça das forças paramilitares que tomavam conta de seu país. Ao qualificar a guerra segundo os aspectos da violência, polarização e mentira, o autor vai explorar as diferentes formas com que os sujeitos são afetados em sua singularidade pela crise sociopolítica. Dentre as três modalidades apresentadas, Martín-Baró (1984/2017) vai ressaltar a importância de se atentar especificamente para a violência, que surge como “[...] o dado mais imediato, o mais doloroso, e, por isso mesmo, o mais sujeito à ideologização racionalizadora” (p. 257). Como ele aponta, é justamente essa ideologização – principalmente por parte da mídia – que justifica e viabiliza a perpetuação da violência contra determinados corpos; sendo assim, “[...] a violência busca responder aos interesses

sociais das classes dominantes, e a definição da violência como algo negativo depende de quem executa o ato e de quem se beneficia com a sua realização” (Martín-Baró, 1987a/2017, p. 298).

A temática da violência aparece com certa recorrência nos estudos em Psicologia, emergindo em análises que vão desde sua concepção individualizada até contribuições mais voltadas às dimensões sociais e políticas (Cf. Sá, 1999; Martín-Baró, 1987a/2017). Suas diversas formas de manifestação, os traumas por ela causados e outras questões são temas comuns, principalmente no que toca a área da Psicologia Política. Por outro lado, levantamentos apontam que “[...] há poucos estudos realizados no Brasil que focam ou utilizam, especificamente, as contribuições de Ignacio Martín-Baró sobre a violência.” (Martins & Lacerda Jr, 2014, p. 571), mesmo que ele seja um dos principais e mais importantes teorizadores da temática no campo da Psicologia que parte do Sul global.

Ainda na contemporaneidade, as concepções propostas por Martín-Baró, em meados da década de 1980, mostram-se atuais e pertinentes. Martins e Lacerda Jr (2014) indicam que, mesmo se atendo à questão salvadorenha, a contribuição de Martín-Baró sobre a violência ultrapassa seu contexto sociopolítico, tornando-o uma referência no debate, o que ressalta a necessidade de resgatar seus escritos para os espaços acadêmicos e de discussão na Psicologia, tendo em vista que o estudo de sua obra ainda é ausente e, por vezes, nulo nesses âmbitos. Como nos é relatado por Moreira e Guzzo (2015, p.570, grifo das autoras), “[...] o resgate da obra de Martín-Baró significa a recuperação da práxis constituída na, para e com a América Latina”. No caminho para a construção dessa psicologia que traz consigo uma proposta de atuação socialmente referenciada e comprometida com os processos de libertação do povo latino-americano, é imprescindível passar pelas críticas e formulações tecidas por Ignacio Martín-Baró, tendo em vista sua larga contribuição no que toca à prática e pesquisa da Psicologia junto a contextos socialmente críticos.

Em meio às injustiças que permeiam o tecido social latino-americano, situamos a questão fundiária como uma das principais heranças deixadas pelo período colonial e que até a contemporaneidade emerge como expressão física das divisões sociais presentes nos países que dela fazem parte (Linhares & Silva, 2021). Nesse contexto, e em busca do direito básico de acesso à terra, surge no Brasil — em pleno período de redemocratização — o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um movimento social que marca mais uma insurgência camponesa frente à violência que se faz presente no país desde sua organização fundiária. O cenário da luta pela

terra — e a violência que o caracteriza — afeta coletiva e individualmente militantes do Movimento e, de modo acentuado, as lideranças políticas que emergem de tais organizações, já que elas ocupam espaços de enfrentamento que as posicionam na linha de frente, tornando-se alvos preferenciais dos ataques de determinados governos, latifundiários e suas milícias. Ocupar posição de liderança em meio a essa guerra que se faz justificada perante a sociedade pode vir a afetar os militantes em diversas instâncias, colocando em risco a sua integridade física e mental e comprometendo, inclusive, a atuação política e o prosseguimento na luta. Na tentativa de sobreviver a essa guerra, a saúde mental dos sujeitos é afetada e suas relações sociais são fragilizadas, inibindo-se sua capacidade de atuar coletivamente (Martín-Baró, 1984/2017) e, conseqüentemente, colaborando na desarticulação da luta.

Na tentativa de circunscrever as expressões da violência presentes no contexto sociopolítico em que o MST se insere, utilizaremos também as reflexões propostas pelo filósofo Slavoj Žižek, tecidas por meio de uma análise crítica de situações de violência frente às relações de poder estabelecidas na sociedade capitalista. Em seus escritos, o autor adentra os impasses ideológicos presentes na construção do que é tido como violento e traça propostas que vão além da ideia rasa de que toda violência é igual e, necessariamente, condenável. Esse abrangente debate se insere em nossa investigação como uma importante ferramenta para compreendermos as complexas formas de violência que atingem os militantes em seu percurso de luta. Na busca pela raiz da questão, Žižek (2014) vai traçar conceitos fundamentais para que possamos encarar as formas de expressão da violência a partir de seu potencial de controle e coerção dentro do sistema capitalista. Na investigação que empreendemos aqui, utilizamos conceitos de análise propostos pelo autor, sendo estas as formas de violência: objetiva, subjetiva e simbólica.

A violência subjetiva é apresentada como a forma mais evidente de expressão da violência, um método facilmente identificável, pois “[...] é experimentada enquanto tal contra o pano de fundo de um grau zero de não violência” (Žižek, 2014, p. 17). Esse grau zero de não violência, entendido como estado de paz e controle, traz inerente a si a violência objetiva, caracterizada pelo autor como uma forma que não é visível e que é responsável por sustentar “[...] a normalidade do nível zero contra a qual percebemos algo como subjetivamente violento” (p. 18). Em outras palavras, a violência subjetiva apenas emerge aos nossos olhos por disfarçar outra forma de violência, a objetiva, que é, talvez, ainda mais

grave que a primeira, por ser compreendida como a normalidade inerente ao funcionamento das coisas, em vez de uma forma de violência.

Nesse sentido, a violência subjetiva é caracterizada pela forma de expressão da violência que não se camufla, é vista e reconhecida como tal, como é o caso da repressão policial a uma manifestação, um assassinato a tiros ou até a violência que atinge movimentos sociais que reivindicam direitos. Já a violência objetiva é expressa nas entrelinhas, de forma latente; constitui-se uma categoria de violência que, aos olhos do senso comum, não traz consigo uma causa ou viés ideológico, quase não é encarada como violência de fato e, quando aparece, é tida como “ossos do ofício”. É a violência que não pode ser atribuída a ninguém, logo é socialmente aceita para que as engrenagens continuem funcionando.

Na violência simbólica, encontramos a expressão da violência que se institui através da linguagem por meio da imposição de um universo de sentido que se constitui segundo os discursos tidos como habituais (Žižek, 2014). Apresentando uma ponte entre o materialismo de Marx e a proposta de violência simbólica elaborada por Žižek, Iasi (2014) vai retornar a Hegel e, também, às críticas que Marx tece ao idealismo hegeliano, ao usar sua dialética e inserir nela a materialidade como ponto-chave de sua teoria. Nesse caminho, o autor ressalta que o cerne da proposição de Žižek, quando aborda a ideia de discurso simbólico, situa-se para além da distinção entre a violência concreta e a representação ideológica da violência, estando, em vez disso, focada nos efeitos que incidem de volta sobre o Real a partir da representação ideológica da violência. É dessa forma que o autor vai indicar que a ideologia que sustenta a violência simbólica não é apenas um discurso, mas uma forma de violência que incide diretamente no Real, por meio do discurso.

Sendo assim, ao analisarmos a problemática da violência, devemos levar em conta como a violência simbólica sustenta e corrobora a perpetuação da violência objetiva e subjetiva contra as classes dominadas, atuando como ferramenta de desumanização das vítimas e, assim, justificando os atos violentos a partir de um lugar de legitimidade. Martín-Baró (1987a/2017) vai indicar que todo ato de violência é precedido de sua justificação, que, em grande parte dos casos, aparece na forma de desumanização, já que “[...] é mais fácil disparar contra um ‘terrorista’ do que contra um jovem camponês [...], é mais fácil bombardear um grupo de subversivos do que um grupo de famílias” (p. 293). Žižek (2014), por sua vez, segue a mesma linha de raciocínio ao denominar esse processo de validação seletiva da violência como uma ilusão ética, onde os próximos e semelhantes são

condecorados com o estatuto da humanidade, enquanto aqueles a quem se quer violar passam por um processo de despersonalização, fazendo com que a violência possa ser praticada sem remorso algum.

De modo sorrateiro, a violência contra determinados corpos é endossada e incentivada. Sendo assim, “[...] a violência simbólica, que não é menos real por ser simbólica, cumpre a função de tornar possível a violência real. Mais que isso, torna-a invisível” (Iasi, 2014, p. 182), sustentando a estrutura que permite que a violência aconteça e, por vezes, criando justificativas para uma possível aceitação plena da violência em curso, tudo da forma mais rasteira e silenciosa possível. Através da compreensão da violência como uma consequência do funcionamento do sistema político e social, concluímos que ela pode ser expressa por meio das formas objetiva, subjetiva e simbólica e chegamos a essas três categorias como as principais na proposta delineada por Žižek (2014), em seu ensaio. O autor ressalta, a todo tempo, a importância de articular as três formas de violência na tentativa de compreender a complexidade da interação entre elas e o que está em jogo, ao adentrarmos esse campo, tendo que resistir à tendência de tomar a violência subjetiva como a mais importante, pois ela “[...] é tão somente a mais visível das três” (p. 25).

Ao tentarmos compreender a violência que acontece no espaço campesino e no contexto de luta pelo acesso à terra, encaramos diversos desafios, sendo o primeiro deles o cuidado necessário para discuti-la. Inicialmente, situamos nosso ponto central em uma hipótese que marca um importante encontro entre Žižek (2014) e Martín-Baró (2017), já que ambos sinalizam que devemos ter cuidado para não tomarmos a violência alicerçados em uma visão maniqueísta e moralizante, pois isso nos levaria a uma armadilha liberal. Para ser compreendida, os autores apontam que a violência, antes de mais nada, deve ser historicizada e contextualizada.

Tecendo uma crítica ao uso do termo “violência”, Martín-Baró (1987a/2017) vai apontar que ele é demasiadamente genérico e abstrato, podendo ser usado para descrever tanto o bombardeio de uma determinada região quanto um tapa desferido por uma criança em seu colega. Dessa forma, o uso genérico da violência acaba por ocultar a realidade no lugar de proporcionar uma análise factual dos acontecimentos. Do mesmo modo, Žižek (2014) vai criticar o que ele chama de atitude liberal tolerante acerca da violência, que, inadvertidamente, vai se opor às suas formas, o que também resulta num posicionamento genérico que beneficia as classes dominantes que possuem meios de impor suas regras mediante expressões violentas que vão além da violência subjetiva.

A partir desses pressupostos, ambos os autores indicam a necessidade de se refletir sobre a violência com base nas especificidades presentes na realidade social e histórica que circunda os acontecimentos, indo além das generalizações e abstrações e incidindo o mais próximo possível da raiz, pois só assim podemos estabelecer mudanças concretas e análises rentes à realidade. A escolha pelo uso desses autores — em meio a seus encontros e desencontros e tendo em mente o contexto de formulação de seus respectivos pensamentos — foi feita na tentativa de abarcar a complexidade da violência que se manifesta nos espaços camponeses de luta pelo acesso à terra, buscando a interdisciplinaridade como ferramenta para ampliar o prisma pelo qual observamos e analisamos nosso objeto de estudo: a violência política.

3 A VIOLÊNCIA NO CAMPO E SEUS MARCADORES POLÍTICO-IDEOLÓGICOS

A violência que desponta no espaço camponês traz em suas raízes acontecimentos históricos. Como apontamos anteriormente, desde a colonização, a violência vem sendo utilizada como forma de as classes dominantes exercerem seu poder sobre os dominados e a divisão de terras, o que acontece após a promulgação da Lei de Terras no ano de 1850, que é a primeira legislação fundiária que legaliza a aquisição da propriedade por meio de compra e venda. Essa lei atua como uma estratégia perversa que impossibilita a negros, índios e brancos pobres o acesso à terra. A Lei de Terras veio como uma resposta às necessidades da elite agrária brasileira de se manter no poder, como afirma Martins (2009, p.67):

Era preciso, pois, criar mecanismo que gerasse artificialmente, ao mesmo tempo, excedentes populacionais de trabalhadores à procura de trabalho e falta de terras para trabalhar num dos países com maior disponibilidade de terras livres de todo o mundo, até hoje.

A concentração de terras é problemática, antiga e estruturante na formação do Brasil. Estima-se que 45% da área rural do país são propriedades de menos de 1% de latifundiários, enquanto pequenos agricultores ocupam 2,3% do espaço rural (Gasda, 2021). Como nunca houve reforma agrária, a pequena parcela de latifundiários que detém a maior parte se utiliza de todos os meios possíveis para manter suas terras e privilégios, entre eles, a violência. A gravidade da situação fica ainda mais nítida ao cruzarmos essa informação com o fato de que o Brasil é um dos países que mais mata lideranças que lutam pela reforma agrária e pelo

direito à terra, sejam de comunidades indígenas, sejam de quilombolas, sejam camponesas.

Como Žižek (2014) vai assinalar, essa violência que se pretende silenciosa atua por meio do Estado em sua banalização como normalidade instituída por meio de ações jurídico-políticas. No caso dos movimentos sociais camponeses, a necessidade de lutar pelo acesso à terra hoje está diretamente ligada à violência objetiva, o que resultou na concentração fundiária no Brasil desde a colonização. A resposta popular à desigualdade social em forma de luta e reivindicação é taxada de baderna, invasão e terrorismo por parte da mídia hegemônica, sempre acompanhada de manifestações onde a violência aparece como marca dos sujeitos que buscam seus direitos (Cerqueira & Mello, 2020). A violência da manifestação se faz subjetiva, explícita e condenável pelo senso comum, enquanto a sistêmica está muito bem disfarçada de objetividade e segue sem ser vista ou questionada. Por consequência, a repressão contra manifestantes e militantes é validada, e a violência contra aqueles que lutam por direitos é diminuída a algo necessário para o restabelecimento da paz — mas paz para quem?

Entre tentativas de criminalização por parte do Estado e frequentes ataques de latifundiários, a luta dos militantes do MST segue. De acordo com o Atlas da Violência no Campo no Brasil de 2020, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), houve um aumento de 54,5% na quantidade de conflitos no campo no decorrer dos anos de 2010 a 2019, notando-se também que um preocupante e expressivo aumento de 23,1% ocorreu no curto intervalo entre os anos de 2018 e 2019 (Cerqueira & Mello, 2020). Porto-Gonçalves et al (2022) sinaliza que isso é resultado do compromisso firmado entre o governo Bolsonaro e as oligarquias fundiárias e empresariais e ressalta a intensificação de tais conflitos no período pandêmico, indicando que, em meio à crise, “o latifúndio, em sua modernidade, segue sua submissão voluntária ao mercado internacional e atualiza práticas coloniais no espaço agrário brasileiro” (p. 102).

O aumento de conflitos no campo que ocorreu nos últimos anos é apenas mais um capítulo na longa e triste história que atravessa os sujeitos camponeses que buscam o direito de ter um lugar para viver e um pedaço de terra para plantar. O MST, um dos maiores movimentos sociais da América Latina, traz em sua história a marca da violência e, em sua bandeira, o simbolismo da cor preta como uma homenagem aos militantes que tiveram suas vidas ceifadas na luta pelo acesso à terra.

No Estado de Alagoas, onde a pesquisa foi realizada, os conflitos no campo se apresentam em diversas comunidades e partem dos latifundiários da região e até do próprio poder político, principalmente nas pequenas cidades interioranas. O dia 29 de novembro é marcado no estado como o Dia Estadual de Luta Contra a Violência e a Impunidade no Campo e na Cidade, em homenagem a Jaelson Melquíades, liderança assassinada nesse dia no ano de 2005, na cidade de Atalaia, Zona da Mata de Alagoas, vítima de uma emboscada tramada por latifundiários junto à elite política da região. Como relata Débora Nunes, liderança alagoana e, atualmente, componente da Direção Nacional do MST, o assassinato de Jaelson trouxe consigo a tentativa de intimidar o movimento, pois ele era um dirigente comprometido com a luta pela terra no Estado de Alagoas (Marinho, 2021). Tomando como base o aumento da violência no campo e em decorrência de questões politicamente atravessadas, para a presente investigação adotamos o termo violência política, compreendendo, assim, que a violência da qual os militantes do MST são alvos tem, em sua raiz, um cunho político-ideológico e é direcionada a quem atua na luta por direitos.

Com o início do período eleitoral de 2022 e ainda no processo de elaboração da presente pesquisa, a questão da violência política adentrou o debate público com mais veemência. A partir da política de ódio disseminada pela extrema direita, episódios violentos se tornaram corriqueiros no decorrer da campanha presidencial. Um dos primeiros casos a repercutir a nível nacional foi o de Marcelo Arruda, tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT) na cidade de Foz do Iguaçu, que foi assassinado a tiros, durante a comemoração de seu aniversário, por um policial federal que, ao saber que o tema da festa era o então ex-presidente Lula, invadiu o local esbravejando o nome de Bolsonaro e disparando contra Marcelo. Em 7 de setembro, Benedito dos Santos, também eleitor do candidato do PT, foi atingido por 15 golpes de faca e, em seguida, morto com um golpe de machado, crime cometido por Rafael Oliveira, apoiador de Bolsonaro, após um desentendimento sobre política. (Matos, 2022)

Os episódios de violência política que despontaram a partir da ascensão da extrema direita datam desde antes do início da gestão Bolsonaro, quando, após o resultado do 1º turno, o mestre de capoeira Moa do Katendê foi assassinado em um bar, ao expor seu voto no candidato Fernando Haddad, do PT. Segundo a Pública, agência de jornalismo investigativo (Anjos et al, 2022), a violência política atingiu desde militantes até os pesquisadores dos institutos de pesquisa, que se tornaram alvos ao apontar a derrota do candidato Jair Bolsonaro, e se estendeu a jornalistas

e candidatos, tomando as mais diversas formas. A Pública aponta que, até a realização do 1º turno, ocorreram, em média, 3 casos de violência política por dia (Anjos et al, 2022).

A violência política marca o ponto nuclear da investigação. Por meio de entrevistas e com base na experiência das lideranças, é possível compreender algumas de suas expressões no contexto do campo, das explícitas às implícitas. Nos entremeios da violência objetiva, subjetiva e simbólica (Žizek, 2014), sua face política emerge na tentativa de silenciar aqueles que se colocam contra a desigualdade social e encontram um caminho na luta política. Entre ameaças, difamação, expulsões, ataques e assassinatos, a violência política permeia o espaço campestino e afeta diretamente aqueles que se propõem a lutar por seus direitos, como é o caso das lideranças do MST. Apoiada, direta e indiretamente pelas forças estatais, a violência política se espalha pelo espaço campestino, a impunidade torna-se lei vigente, e os militantes do Movimento são obrigados a viver em situação de permanente insegurança.

Nesse sentido, pretendemos apresentar uma visão da violência a partir de nosso campo específico de investigação: os espaços campestinos de luta pela terra, como é o caso dos assentamentos e acampamentos do MST, visando compreender a violência que atinge os militantes em sua concretude social e histórica, para, assim, poder vislumbrar possíveis caminhos de atuação da Psicologia nesse âmbito.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa foi realizada no decorrer do ano de 2022 e traz como campo de trabalho alguns assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra situados no semiárido alagoano, notáveis em nível estadual devido à articulação política e militância de seus assentados — esses assentamentos não serão especificados para garantir a segurança dos participantes. Nesse contexto e diretamente sob a influência das controvérsias que atravessam a construção fundiária alagoana, a violência e sua ameaça se apresentam no cotidiano dos militantes, que enfrentam tanto os grandes latifundiários quanto as forças políticas das cidades circunvizinhas.

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Alagoas, tendo sido aprovada sob o CAAE nº 57510022.9.0000.5013 e Parecer nº 5.597.605. A pesquisa contou com a participação de três lideranças comunitárias, sendo uma mulher e

dois homens, e todas as entrevistas foram gravadas com a anuência dos participantes, para posterior transcrição. Tomando como base a proposta de pesquisa-participante, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, realizadas individualmente, e, em seguida, encontros coletivos com os três agentes da pesquisa e o pesquisador.

A pesquisa contou com a participação de Lourdes, 48 anos, que conta ter-se encontrado com o MST em 1999, chegando no assentamento por intermédio de ações da igreja católica. Já Ademar, 54 anos, havia saído do campo em busca de uma vida melhor na cidade, o que não aconteceu: “nós tinha muita dificuldade de sobrevivência”, diz ele. Assim, em 2002, conhece o Movimento e retorna ao campo, engajando-se numa ocupação que, posteriormente, iria tornar-se um acampamento. José Denilson, 50 anos, conta que trabalha desde os 11 – nessa época, ainda junto de seu pai – como empregado em fazendas de outras pessoas e conheceu o MST em 1998. Atualmente, todos são lideranças em assentamentos de Alagoas; por questões de segurança, os nomes que aparecem aqui são fictícios, escolhidos pelos próprios participantes no processo de elaboração da pesquisa.

Quanto à análise dos dados colhidos em campo, o método utilizado foi a Análise Temática (AT). Elaborada por Braun & Clarke (2006), a Análise Temática se insere em nossa investigação a partir de sua proposta de análise qualitativa dos dados e visa adentrar o caráter complexo e diverso do que emerge a partir do campo de pesquisa. O processo de trabalho a partir da AT segue uma sequência de seis fases, resultando em uma análise direcionada pelos núcleos temáticos que emergem dos dados. A análise que se segue nos próximos eixos conta com recortes das entrevistas em articulação com a base teórica até então trabalhada, estabelecendo-se uma linha temática em seu decorrer.

5 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NOS EXTREMOS DA VIOLÊNCIA OBJETIVA E SUBJETIVA

Discutindo o MST, suas reivindicações enquanto movimento social e o percurso de luta de seus militantes, iniciaremos com a proposta de levar ao centro do debate os conceitos de violência objetiva e subjetiva como chaves de leitura para compreender o que está em jogo, ao analisarmos a questão da luta pela terra no Brasil. Ao contar sobre seu encontro com o Movimento, Lourdes — liderança comunitária de um dos assentamentos — lembra de sua discordância com a forma de reivindicação adotada pelo

movimento.

[...] eu discordava, né, da questão da ocupação de BR, por exemplo. Eu discordava, no momento eu achava muito, assim, eu achava muito violento, eu pensava que ia machucar pessoas, eu não tinha noção de que ele tava lutando por um direito naquele momento, né? (Lourdes, 48 anos)

Com o decorrer do tempo e após sua inserção na militância, Lourdes passou a compreender o que estava por trás da luta e o motivo de tais protestos e mobilizações. O estigma da violência à qual o MST é associado emerge a partir do trabalho midiático na construção da opinião pública acerca de movimentos de reivindicação política, principalmente os do campo da esquerda. Nessa mesma linha, o Movimento se torna alvo de tentativas de criminalização, principalmente por parte de políticos de extrema direita. O estudo realizado por Rosa e Silva (2015) – que trata dos sentidos do MST vivenciados por uma mulher militante no decorrer de sua inserção – aponta que os sentidos experienciados na aproximação com o Movimento são de medo e insegurança, acentuados pela violência infligida a seus militantes. Após a entrada no Movimento e contato com o coletivo, esses sentidos vão se alterando para solidariedade e luta política.

Aqui propomos um questionamento: o que caracteriza uma ação como violenta? Quais ações são lidas como violência e por quê? Na tentativa de aprimorar a discussão, Martín-Baró (1987a/2017) vai apontar que é necessário observar a violência em seu contexto. Para evitar que o debate se resuma a um maniqueísmo moralizante, podemos compreender o fenômeno em sua complexidade, superando o que salta aos olhos e traçando possibilidades com base no contexto que se apresenta. Permitir que o debate acerca da violência seja pautado na ótica simplória da demanda abstrata pela paz nos levaria a uma leitura míope de uma questão que vai muito além do que está em nossas vistas.

Ao tecer uma leitura da violência que vá além do que se observa na superfície, Žižek (2017) vai adentrar o campo da violência objetiva, a categoria de violência responsável por sustentar o grau zero do que seria a não-violência; é a violência da normalidade, que, aos olhos desatentos, é vista como uma situação comum, quando, na verdade, traz em si a capacidade de impulsionar atos que serão lidos como violência de fato. Žižek (2014) propõe que

[...] quando percebemos algo como um ato de violência, sua definição enquanto tal é orientada por um critério que pressupõe o que seria a situação não violenta “normal” – ao passo que a forma mais alta de

violência é justamente a imposição desse critério por referência ao qual certas situações passam a ser percebidas como “violentas”. (p. 62)

Nesse ponto, estamos lidando com dois conceitos de Žižek (2014): violência objetiva e violência subjetiva. Na subjetiva, o ato é explícito, como é o caso das mobilizações promovidas pelo MST, que são facilmente ideologizadas pela mídia — nas palavras do autor, seria uma violência subjetivada. A violência é subjetiva, pois seus atores podem ser facilmente identificados e, por isso, é vista com reprovação, afinal eles estariam indo de encontro ao estado de paz que estava em curso até então. Será? É questionando o caráter pacífico desse estado que antecede a reivindicação de direitos que Žižek (2014) vai adentrar a violência objetiva, afirmando que ela, apesar de invisível, está ali apontando que “[...] é preciso levá-la em consideração, se quisermos elucidar o que parecerá de outra forma explosões ‘irracionais’ de violência subjetiva” (p. 18).

O MST é um movimento social que surge com base na demanda de acesso à terra por parte dos sujeitos camponeses, direito esse que, embora conste na Constituição Federal de 1988, não é garantido pelo poder público. Se uma mobilização que queima pneus em rodovias públicas é vista como violenta, o que podemos dizer da divisão fundiária brasileira? A violência objetiva que se apresenta discretamente e se camufla na normalidade é a desigualdade social, que faz com que milhares de pessoas precisem arriscar suas vidas por um direito negligenciado.

As ações do Movimento nada mais são que respostas à realidade que atravessa os espaços camponeses e não deixa alternativa frente à exploração da mão de obra dos homens e mulheres por parte dos latifundiários. Essa realidade é o resultado de uma organização colonial que, no decorrer do tempo, privilegia alguns em detrimento de outros, resultando em um país desigual, onde nunca houve, de fato, reforma agrária. A expressão da violência no cotidiano dos assentamentos se apresenta na vivência da humilhação social sofrida pelos militantes do movimento, ou seja, vivências de impedimentos que causam um sofrimento psicossocial, que não é apenas sofrimento individual, mas uma dor histórica, sentida como inferiorização, que percorre em longa data a vida de grupos, raças, etnias, gêneros, classes e povos. Portanto, a humilhação social é um fenômeno produzido politicamente por processos de dominação de uns sobre outros que impedem o reconhecimento e retiram os traços de humanidade dos indivíduos (Gonçalves Filho, 2007).

A pesquisa realizada por Domingues e Rosa (2014) acerca da violência

vivida no cotidiano dos militantes de um assentamento do MST apresenta como ela é experienciada como um fenômeno de humilhação social, que busca rebaixar a dignidade deles como sujeitos humanos e incapacitar suas forças de ação política. Essa humilhação vivida é redefinida no encontro com outras e outros militantes que compreendem que seu sofrimento não se restringe à esfera do indivíduo, mas à sua experiência coletiva.

A questão que se forma é muito mais complexa do que parece quando se retrata o Movimento como criminoso e seus militantes como terroristas. A responsabilidade pelas insurgências camponesas na luta por direitos é justamente do Estado, que, em sua contínua negligência, responde a tais demandas com mais violência, sob a justificativa de restaurar a dita paz previamente vigente. Enquanto não houver reforma agrária, não existirá paz no campo; sem direitos básicos não haverá paz. O que é chamado de paz para alguns é, para outros, uma violência que os atualiza e os lembra a todo momento sua existência. Ao deixarmos de ignorar a estrutura que sustenta a desigualdade no Brasil, somos capazes de compreender os curtos-circuitos do sistema e a força motriz que mantém essa engrenagem em movimento como expressões da violência.

No contexto de acirramento político, a produção de sofrimento se encontra muito próxima das questões sociopolíticas que permeiam as experiências dos indivíduos. Por intermédio da violência política, as relações estabelecidas entre os militantes são fragilizadas, ocorre isolamento social, o indivíduo é separado da comunidade, e, assim, o processo de luta do Movimento perde sua articulação, afinal, sem coletividade, não há movimento social. Debruçar-se sobre questões sociais no campo da Psicologia é uma possibilidade de compreensão do sujeito a partir dos aspectos políticos e comunitários que se apresentam em seu contexto. Como nos aponta Martín-Baró (1982/2017), a ideia de saúde mental deve ser pautada no caráter dialético das relações sociais, subvertendo-se a lógica e se atentando para o fato de que, principalmente em situações sociais críticas, “[...] a ferida que afeta as pessoas foi produzida socialmente, isto é, suas raízes não estão no indivíduo, mas na sociedade” (Martín-Baró, 1988/2017, p. 326). Cabe ao psicólogo realizar uma leitura crítica do que emerge como sintoma, desordem ou patologia, evitando-se, assim, a individualização do sofrimento que parte do âmbito sociopolítico.

6 EXPULSÕES, DESPEJO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

No campo do MST, em meio a ocupações, acampamentos e

assentamentos, o Estado adota posição de embate, o que faz com que expulsões, despejos e outros episódios de violência sejam frequentes. Em Alagoas, a situação não é diferente, com exemplos em diversos assentamentos situados na extensão do estado. Com base nas falas de Ademar, liderança de um assentamento ameaçado de despejo, podemos dimensionar o impacto de tais ações no percurso de militância dos assentados. Ele relata que o assentamento começou com 35 famílias e cresceu e se expandiu no decorrer dos anos, contando, atualmente, com crianças e adolescentes que nasceram no assentamento.

[...] nós estamos com 52 família. Aí não é justo a gente sair de lá. Agora, se nós sair, aí só a Deus pertence como é que vai ficar aquela situação daquele povo. Porque tem algumas pessoas que ainda tem como ir para outra área. E outros fica, principalmente o psicológico, desmorona, né? Porque já tem gente lá com depressão só pelas história, só pelas ação que já foi feita na Justiça, que nós já perdeu primeira instância, segunda instância, aí já tem gente lá doente. E se sair? (Ademar, 54 anos)

O processo de despejo no assentamento onde Ademar é liderança se desenrola na Justiça e é sustentado por brechas institucionais que surgiram no decorrer da regularização das terras da comunidade, o que dificulta ainda mais a situação. Pela fala dele, é possível perceber a sua preocupação de liderança frente à possibilidade de despejo, e podemos atentar a pontos específicos desse processo. Embora a liderança também viva no assentamento e esteja com sua própria casa em risco, a preocupação vai além do campo da individualidade e toma forma no coletivo. A preocupação é com a comunidade, com as 52 famílias, o que nos mostra a demanda do lugar de liderança numa situação crítica como a que se apresenta. O estudo realizado por Fernandes, Zakabi e Calegare (2016) em três territórios rurais diferentes, incluindo-se um assentamento do MST, revela que a experiência de violência de Estado vivenciada pelas lideranças dos territórios rurais busca destituir de humanidade suas vidas e objetificar suas experiências, para banalizar e justificar as injustiças sociais experienciadas por essas populações. Porém, são essas mesmas experiências de violência que permitem a eles se reconhecerem iguais na luta pela terra e pela garantia de seus direitos fundamentais. É esse reconhecimento que intensifica sua capacidade de ação política como coletividade em ação.

Em seguida, Ademar faz alusão ao que disse anteriormente sobre o sentimento de estar assentado: “Quando a gente tem uma conquista, a gente se sente um herói. Quando a gente tem uma perca, a gente se sente lá embaixo. Mas isso faz parte, faz parte [...] ganhar e perder, ganhar

e perder” (Ademar, 54 anos). Na possibilidade de despejo, a liderança precisa conduzir os próximos passos, evocar a coletividade e começar o processo de ocupação, acampamento e assentamento mais uma vez. A individualidade, que, por vezes, leva os assentados a ingressar no Movimento, dá lugar ao coletivo em meio ao processo de luta, e é junto do outro que o recomeço se torna possível.

A violência da expulsão também aparece na fala de Lourdes, que precisou acompanhar o processo de despejo de alguns militantes de um acampamento onde exerce a função de liderança. Por se tratar de uma situação violenta, ela diz que evitou presenciar o quanto pôde, mas dessa vez precisou estar lá e cumprir seu papel. Lourdes conta que não havia o que pudesse ser feito, e foi apenas para acompanhar e dar suporte aos acampados.

A gente orientou: ó, essas daqui para cá, já tá todo mundo com os barracos desocupados, então começa daí [...] E aí eles deixaram a parte que era para ser demolida dos barraco e vieram para a parte que tinha gente. [...] Começaram a derrubar barracos com as coisa, alguns pertences do pessoal dentro. E aí quando eu me deparei, quando eu me dei conta do que eu tava fazendo, eu já tava na frente de um trator, impedindo que o trator derrubasse o barraco lá de uma companheira. (Lourdes, 48 anos)

O relato de Lourdes traz consigo a especificidade do lugar ocupado pela liderança frente à expulsão que se faz iminente. A violência política expressa nesse processo nada mais é que a atualização da violência histórica que permeia o solo brasileiro desde a colonização e marginaliza determinados sujeitos na divisão fundiária brasileira. Mais uma vez, o Estado faz da violência prática institucional naturalizada, a ponto de não ser sequer questionada, seja pela sociedade, seja por quem manda, seja por quem a coloca em prática.

Na tentativa de circunscrever as características da situação-limite experienciada pelos salvadorenhos em decorrência da guerra civil, Martín-Baró (1982/2017) traça a ideia de mentira institucionalizada, na qual os sujeitos que se colocam contra as forças estatais dominantes acabam por serem desqualificados; essa desqualificação ocorre pela mentira que, por meio das vias de comunicação oficiais e da grande mídia, ganha teor de verdade, galgando um caminho de justificativa perante os atos que podem — e vão — acontecer com tal grupo ou indivíduo que a ele pertence. Um processo semelhante é descrito por Martín-Baró (1987b/2017), ao relatar as consequências psicossociais da guerra psicológica que despolariza intencionalmente os sujeitos antes de os atacar.

De acordo com um processo bem conhecido em Psicologia Social, a razão segue o ato: se alguém foi aprisionado ou se alguém foi morto pelas forças da ordem pública, o foi porque era subversivo, porque era terrorista ou porque era um inimigo da sociedade. (MARTÍN-BARÓ, 1982/2017, p. 245)

O movimento que antecede o ataque aos militantes do MST por parte do Estado pode ser caracterizado como processo de desumanização, o que abre a precedência para que situações como a derrubada dos barracos com pessoas e seus pertences dentro possam ser toleráveis e justificáveis. Ações que seriam inaceitáveis em bairros de classe alta de uma capital se tornam recorrentes em assentamentos e acampamentos. Os ataques prévios colocam os militantes no lugar de terroristas, invasores; justificam a repressão antes mesmo de colocá-la em prática, criando, como nos aponta Žižek (2014), uma ilusão ética. A construção da ilusão ética requer que o inimigo/alvo seja colocado num lugar distante, em que não possa contar sua história ou se defender; sua imagem deve ser constituída por seus algozes, o que faz dele um sujeito pressuposto.

Esse sujeito pressuposto não é, portanto, outro ser humano com uma vida interior rica e cheia de histórias pessoais, que narra a si mesmo a fim de adquirir uma experiência de vida dotada de sentido, uma vez que uma pessoa, assim, não pode, em última análise, ser um inimigo. (Žižek, 2014, p. 49)

Calcando-se o distanciamento estabelecido para os militantes do MST e suas demandas, torna-se possível imprimir violência contra eles sem sequer colocar em questão sua legitimidade. É nesse contexto que a liderança se impõe, fazendo o que está e o que não está a seu alcance, já que a injustiça da situação vista de perto e contra seus companheiros faz com que o processo se torne ainda mais traumático. É o que percebemos pela fala de Lourdes, quando narra sua reação após presenciar a expulsão:

Foi um momento muito ruim, muito ruim mesmo na minha vida, assim, vivenciar aquilo e saber que ainda por cima, por trás de aquilo, tinha os fazendeiro, que a maioria daquele povo era trabalhador dele e que ele tava agindo de uma forma ilegal, porque as terras são improdutiva há mais de 25 anos, né? Sem exercer nenhuma função social. E eles retiraram o povo com aquela crueldade todinha [...] (Lourdes, 48 anos)

A coerção, categorizada pelo uso do aparato legislativo por parte das autoridades para impor leis e obrigar seu cumprimento, é outra tática recorrente no tocante à questão da violência política dentro dos assentamentos e acampamentos do Movimento, principalmente durante processos de ocupação, situação em que os militantes se encontram mais vulneráveis. Nesses casos, a violência política toma a forma institucional,

passa a ser política de governo e é deliberadamente perpetuada contra os militantes.

A violência político-institucional que se expressa no processo de expulsão e de despejo é o retrato de um estado que, no lugar de cumprir sua função e garantir o acesso à terra, é instrumentalizado a favor dos latifundiários e dos interesses políticos de grande parte dos governantes. Funciona calcada na captação da opinião pública em detrimento das lutas camponesas, que, em prol da manutenção das desigualdades no campo, são deslegitimadas e sistematicamente atacadas, abrindo-se espaço para a violência política e sua perpetuação, o que se faz aceitável e devidamente justificado. À liderança, cabe lutar, organizar a base e servir de suporte em meio aos ataques, esforçando-se para evitar que os episódios de violência tenham êxito em desmobilizar a luta e quebrar o vínculo estabelecido entre os membros da comunidade.

7 O ASSASSINATO DE LIDERANÇAS E A VIOLÊNCIA POLÍTICA DAS ENTRELINHAS

O assassinato de militantes, ápice da violência política, é prática recorrente, sendo impulsionada pelo descaso das autoridades e pela impunidade que se perpetua através dos anos. No decorrer das entrevistas, a experiência de lidar com a morte de companheiros emergiu diversas vezes, demonstrando o impacto que a situação causa nas lideranças. “Agora já vi bagaceira que nunca vi na minha vida. Pressão, já vi matar companheiros, já vi pressão com pistolagem [...]” (Ademar, 54 anos)

O viés ideológico da violência política faz aqui seu mais preciso enunciado, militantes se tornam alvos por conta de sua atuação política e, muitas vezes, são vítimas da violência durante atos e mobilizações, o que deve ser levado em consideração ao tentarmos compreender essas expressões. No decorrer de nossa atuação junto aos militantes assentados, tivemos contato com relatos de violência política, mas uma categoria foi levada ao centro da discussão com frequência: o assassinato de lideranças. “Aqui no estado, aqui teve essa questão da morte do companheiro Jaelson, né? Teve o assassinato do companheiro João [Nome fictício], que foi assassinado aqui na estrada, depois do assentamento, indo pra Folha Miúda, né?” (José Denilson, 50 anos)

A posição de liderança é ponto nuclear em nossa investigação por situar esses militantes na linha de frente de uma luta que os precede e vai além deles, por colocá-los no cerne de uma história que é contada por diversos

assentados do MST país afora; uma história que se repete e toma novas proporções com a ascensão do conservadorismo e as investidas contra o Movimento que partem dos poderes governamentais e dos latifundiários. João [Nome fictício], liderança que aparece na fala de José Denilson, foi uma das primeiras a se formar naquele assentamento, o que nos dá pistas do impacto que ele deixou entre os militantes que ali iniciavam sua jornada no MST; “[...] eu admirava porque ele era bem baixinho, assim, mas era aquele militante mesmo que tava na frente de tudo.” (Lourdes, 48 anos).

Enquanto liderança comunitária, João [Nome fictício] colocava o Movimento em movimento e, por isso, aparece como inspiração na fala de seus companheiros. O caso irrompeu de modo recorrente nos contatos com a comunidade, o que também aponta para o lugar que o militante ocupou e ainda ocupa dentro da formação do assentamento. Lourdes relata que, pouco antes de ser assassinado, ele havia se filiado ao PT e tinha planos de se candidatar a vereador nas eleições municipais do ano seguinte, 2004, o que não agradou às forças políticas da redondeza. “[...] eu lembro que, quando eu olhei de lado, a bandeira do PT tava na casa dele e ele tava superfeliz da vida, né, isso no sábado. E aí no domingo, por volta do final do dia, cinco, seis horas da tarde, ele já foi assassinado.” (Lourdes, 48 anos)

A violência política que toma forma no assassinato de lideranças conta com mecanismos particulares de funcionamento. De início, o assassinato tem como finalidade silenciar aquela liderança e impedir sua atuação política, pois, decerto, está incomodando alguém. No caso de João, uma possível candidatura poderia mexer com as organizações políticas da pequena cidade. Ao adentrarmos a questão, podemos perceber aspectos silenciosos que despontam nas entrelinhas e emergem nas falas das lideranças. Como nos conta Lourdes, o assassinato “[...] gerou uma indignação muito grande, porque parecia que o João era pai dessas 287 família que foram assentadas aqui [no assentamento], ele era referência para todo mundo e, de repente, assim apagaram ele, calaram a voz dele.” (Lourdes, 48 anos)

Para além da violência política que se individualiza ao atingir o corpo da liderança, há a violência que respinga no coletivo, naqueles que ficam. A desmobilização que impacta a comunidade é pautada na violência simbólica que se oculta nas entrelinhas do assassinato de uma liderança. Para Žižek (2014), a violência simbólica se constitui “[...] encarnada na linguagem e em suas formas [...]”, atuando de modo sorrateiro no processo de impor um determinado universo de sentido daqueles que dela são

alvos. Ao explorar a relação entre linguagem e simbolização, Žižek (2014) aponta que ela:

É uma violência que opera em múltiplos níveis. A linguagem simplifica a coisa designada, reduzindo-a a um simples traço. Difere da coisa, destruindo sua unidade orgânica, tratando suas partes e propriedades como se fossem autônomas. Insere a coisa num campo de significação que lhe é, em última instância, exterior. (p. 59-60)

Na tentativa de elucidar a questão do assassinato de lideranças, vamos organizar essas formas de violência por camadas para, assim, chegar, o mais próximo possível, a seu cerne. A primeira e mais superficial dessas camadas é a violência genérica, o horror ao se deparar com um assassinato, um indivíduo que, por decorrência de situações externas, é morto. A segunda camada é a violência política, que emerge ao analisarmos quem é o indivíduo que foi assassinado e nos depararmos com sua atuação na militância, o que direciona para o caráter político-ideológico que se encontra na motivação desse assassinato. Entretanto, podemos ir ainda mais a fundo na investigação, chegando à terceira camada, que, até então, não estava visível e a qual denominaremos violência política das entrelinhas.

A violência política das entrelinhas é a categoria implícita no assassinato de lideranças; é o comunicado silencioso que chega à comunidade quando um indivíduo que, até então, cumpria papel central na organização política é morto — muitas vezes com requintes de crueldade. Aqui o assassinato mata o corpo físico e reverbera dentro do coletivo, por intermédio de uma ameaça silenciosa. Deixa de ser apenas um ato de violência política contra um e se volta para o todo, atingindo o grupo por meio da expressão simbólica da violência. Nas entrelinhas de uma liderança assassinada, delineia-se a mensagem de que aqueles que vierem a ocupar tal posição terão o mesmo fim; a ameaça de morte é estendida a todo o assentamento e se constitui um campo de significação, sem que, para isso, necessite ser dita com todas as letras, mas não deixa de estar lá.

Por não ser facilmente observada, a violência política das entrelinhas não chega a ser categorizada como violência, mas seus impactos atravessam a comunidade no decorrer da elaboração do luto de uma liderança assassinada. É o entrelaçamento da violência objetiva, subjetiva e simbólica em sua interação mais complexa e demarca a necessidade de um olhar atento e crítico para que a violência subjetiva, que se faz gráfica, não venha a desfocar as demais expressões. Circunscrever a violência que se apresenta num emaranhado ideológico de fontes e causas é o primeiro

passo para compreender os caminhos que ela toma ao reverberar em seus alvos, tendo em vista que, mesmo implícita, ela ainda é experienciada. Apenas a partir de um olhar crítico e atencioso para a violência política e seus mecanismos, é possível delinear caminhos de atenção psicossocial pertinentes à realidade experienciada nos contextos camponeses de luta pela terra.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência política é exercida sobre aqueles que não se adequam à norma, que se rebelam contra a realidade imposta, representando, assim, risco à normalidade do funcionamento das engrenagens do sistema capitalista. Nessa dita democracia, a lei não legisla da mesma forma para aqueles que não seguem as regras dos poderosos. Para quem ousa lutar, o estado se faz presente direta e indiretamente, seja por meio de suas ferramentas de controle social, seja pela conivência da omissão. E, mais uma vez, essa violência é justificável e justificada e é experienciada pelas lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais em nível objetivo nas relações cotidianas, bem como em vivências de humilhação social e política que buscam destituir de dignidade suas lutas e seus modos de vida, na desqualificação de sua humanidade.

A complexidade do que surge no espaço camponês revela a emergência de pautar a violência política no campo teórico-metodológico da Psicologia, principalmente a partir das questões que atravessam a contemporaneidade do campo sociopolítico no Brasil, o que pode ser um horizonte para novas investigações. Como nos aponta Rosa (2018), as cenas de violência são as expressões mais visíveis do conflito político-cultural, logo, “Faz-se necessário abordar os fenômenos socioculturais e políticos da contemporaneidade e a problematização de sua incidência no sujeito para pensar a política, mas também a clínica implicada com as questões contemporâneas” (p. 25). Na tensa relação entre clínica e política, encontramos vestígios para uma prática em que a visão de clínica implicada e intervenção psicossocial pode atravessar os muros da tradicionalidade e abarcar o viés sociopolítico que atinge aqueles que se tornam alvo da violência política, como é o caso dos militantes do MST.

Cabe aos estudos futuros realizar pesquisas que busquem trilhar caminhos implicados no campo da Psicologia junto aos movimentos sociais, com o desafio de reconstruir as práticas hegemônicas e responder às demandas do campo social, tendo como ponto de partida o compromisso

ético-político que deve guiar o fazer da profissão. A violência política, suas formas de expressão e repercussões psicossociais também se expressam de forma singular, tomando diferentes definições a partir de seus alvos, propósitos e métodos. Não buscamos por meio desta pesquisa esgotar a temática, mas apontar caminhos possíveis, suscitar novas questões e plantar sementes para que outros pesquisadores possam ir além e expandir o campo, pois o trabalho em Psicologia Política também deve ser traçado na construção coletiva. Estabelecer pontos de encontro entre a Psicologia e os espaços do MST desponta como uma resposta à questão da violência política que atinge os espaços de militância. É por meio da ruptura na produção dos saberes hegemônicos que podemos nos aproximar dos espaços campestres, engajar-nos politicamente e nos implicar na estruturação de um fazer ético e socialmente referenciado.

REFERÊNCIAS

- Anjos, A. B., Paes, C. F., Levy, C., Afune, G., Cícero, J., Rohden, J., Scofield, L., Correia, M., Santino, M., Fonseca, N., Oliveira, R. & Yolanda Pires (2022, 5 de outubro) Exclusivo: eleição teve ao menos 3 casos de violência por dia e 6 assassinatos. PÚBLICA - Agência de Jornalismo Investigativo. Disponível em: <https://apublica.org/2022/10/exclusivo-eleicao-teve-6-assassinatos-e-ao-menos-3-casos-de-violencia-por-dia/>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006) Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3 (2), p. 77-101. Disponível em: <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Cerqueira, D. R. C., Mello, J., Alves, P. P., Andrade, P. G., Reis, M. V. M., Pereira, A. C. R., Armstrong, K. C. & Figueiredo, T. S. (2020) Atlas da Violência no Campo no Brasil: Condicionantes socioeconômicos e territoriais. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Domingues, E.; Rosa, M. B. (2014). Violência, humilhação social e a luta por reconhecimento: a experiência do MST. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, 14(1): 115-125, abril.
- Fernandes, S. L.; Zakabi, D.; Calegare, M. (2016). Humilhação social e contextos rurais: discussões a partir de pesquisas em três comunidades

- rurais. *Psicologia política*. Vol . 16. Nº 37. Pp. 287-303. Set. – dez.
- Gasda, É. (2021, 6 de junho) *Violência no campo: governo legaliza o crime e recompensa os criminosos*. Dom Total <https://domtotal.com/noticia/1519556/2021/06/violencia-no-campo-governo-legaliza-o-crime-e-recompensa-os-criminosos/>
- Gonçalves Filho, J. M. (2007). *Humilhação social: humilhação política*. In: Souza, B. P. (org.). *Orientação à queixa escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Iasi, M. (2014) *Posfácio: Violência, esta velha parteira: Um samba-enredo*. In: Slavoj Žižek (Org.), *Violência* (pp. 171-189). Boitempo.
- Lindoso, D. (2005). *A utopia armada: rebelião de pobres nas matas do toambo real*. Maceió: edufal.
- Linhares, M. Y. & Silva, F. C. T. (2021) *Terra Prometida: uma história da Questão Agrária no Brasil*. São Paulo. Expressão Popular.
- Marinho, G. (2021, 27 de novembro) “É a impunidade que fomenta a continuidade da violência no campo”, afirma dirigente do MST. MST Notícias. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/11/27/e-a-impunidade-que-fomenta-a-continuidade-da-violencia-no-campo-afirma-dirigente-do-mst/>
- Martín-Baró, I. (2017) *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. Organização, notas e tradução de Fernando Lacerda Júnior. Vozes.
- Martín-Baró, I. (2017) *A violência na América Central: uma visão psicossocial (1987a)*. In: _____. *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. Organização, notas e tradução de Fernando Lacerda Júnior, Vozes.
- Martín-Baró, I. (2017) *A violência política e a guerra como causas do trauma psicossocial em El Salvador (1988)*. In: _____. *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. Organização, notas e tradução de Fernando Lacerda Júnior, Vozes.
- Martín-Baró, I. (2017) *Guerra e saúde mental (1984)*. In: _____. *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. Organização, notas e tradução de Fernando Lacerda Júnior, Vozes.

- Martín-Baró, I. (2017) O desafio popular à Psicologia Social na América Latina (1987b). In: _____. Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais. Organização, notas e tradução de Fernando Lacerda Júnior, Vozes.
- Martín-Baró, I. (2017) Um psicólogo social frente à guerra civil em El Salvador (1982). In: _____. Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais. Organização, notas e tradução de Fernando Lacerda Júnior, Vozes.
- Martins, J. S. (2009). Exclusão e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus.
- Martins, J. S. (1993). A chegada do estranho. Hucitec.
- Martins, K. O.; Lacerda Junior, F. (2014) A contribuição de Martín-Baró para o estudo da violência: uma apresentação. Rev. psicol. polít., v. 14, n. 31, p. 569-589. Recuperado em 27 de setembro de 2023, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000300010&lng=pt&tlng=pt.
- Matos, C. (2022, 2 de outubro) Eleições de 2022 são marcadas pela violência política. Congresso em foco. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/eleicoes-de-2022-sao-marcadas-pela-violencia-politica/>
- Moreira, A. P. G.; Guzzo, R. S. L. (2015) Do trauma psicossocial às situações-limite: a compreensão de Ignacio Martín-Baró. Estudos de Psicologia (Campinas) [online]. v. 32, n. 3, pp. 569-577. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-166X2015000300021>
- Porto-Gonçalves, C. W., Wanderley, L. J., Ribeiro, A. G., Leão, P. C. R. & Silva, V. M. (2022) Expropriação, Violência e R-existência: uma geografia dos conflitos por terra no Brasil (2021). in: Conflitos no Campo Brasil 2021. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Central Pastoral da Terra Nacional, 269p.
- Rosa, M. D. (2018) A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento. Escuta/FAPESP, 2ª ed.
- Rosa, L.; Silva, A. P. (2015). Sujeito político dramático: mudanças vivenciadas por uma militante do MST. Psicologia & Sociedade, 27(1), 47-57.
- Sá, A. A. (1999) Algumas questões polêmicas relativas à Psicologia da

Violência. *Psicologia: Teoria e Prática*. 1 (2): 53-63. Recuperado em 26 de abril de 2024 de <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/1151>

Žižek, S. (2014) *Violência* (Trad. Miguel Serras Pereira). 1. ed. Boitempo.